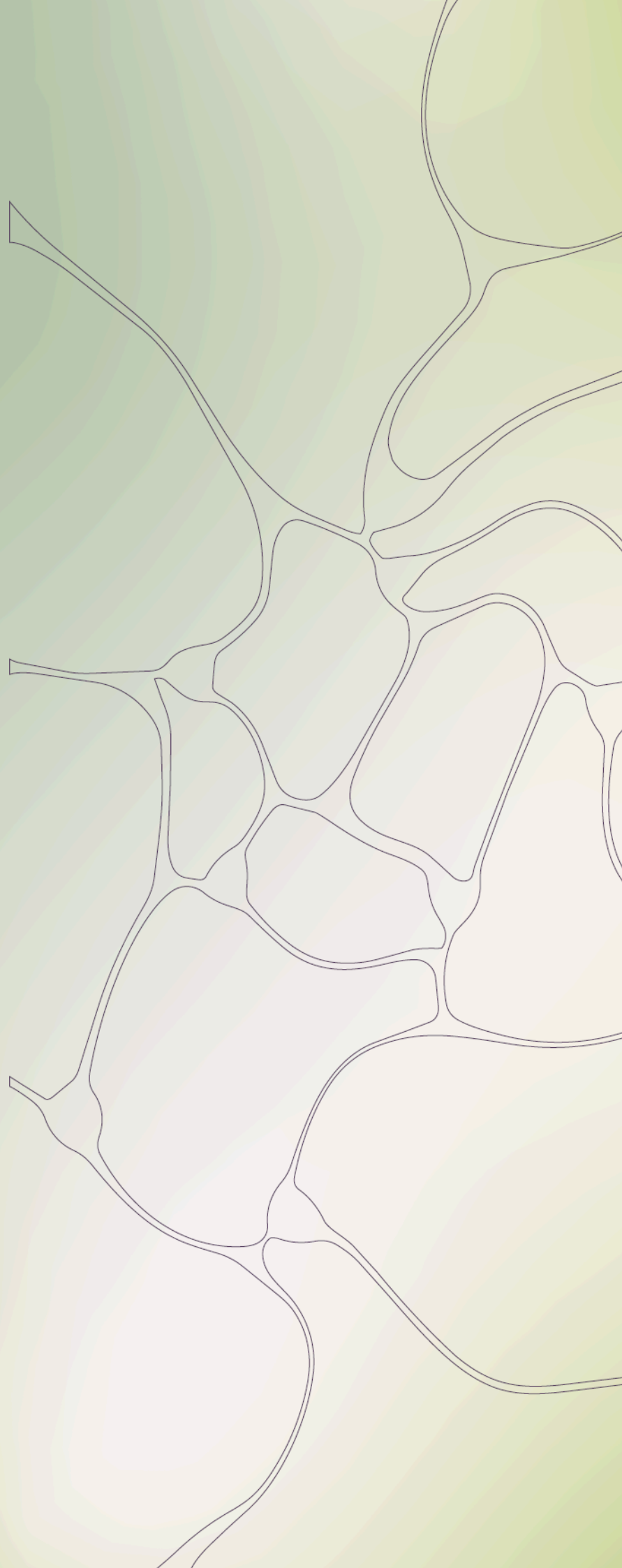


ncos

Ideias e Práticas na
Amazônia Urbana



Sumário

1. Apresentação geral	3
Contexto	3
Programa NÓS – Ideias e Práticas na Amazônia Urbana	4
O Laboratório da Cidade	5
2. Sobre o Edital I	5
3. Objetivos do edital	7
4. Objetivos específicos	7
5. Público-Alvo	7
6. Bolsa-Auxílio	8
7. Quem pode se inscrever	8
8. Inscrições	8
9. Diálogo com políticas públicas e agendas institucionais	9
10. Temas, subtemas e transversalidades	10
1. Saúde urbana e mudanças climáticas	10
2. Biodiversidade como infraestrutura urbana	11
11. Critérios para avaliação das propostas	13
12. Comissão de Avaliação	15
13. Processo de seleção	15
14. Divulgação do resultado final	15
15. Assinatura do Contrato	15
16. Capacitação, monitoramento do projeto e atuação em rede	16
17. Cronograma	16
18. Disposições finais	17
Marcos Conceituais	17
1. Adaptação Climática na Amazônia Urbana	18
2. Adaptação territorialmente situada	18
3. Boa adaptação climática	18
4. Replicabilidade metodológica	18

EDITAL I


LabPesquisa: Adaptação Climática na Amazônia Urbana (2ª edição)

1. Apresentação geral

Contexto

A Amazônia, apesar de reconhecida por sua vasta diversidade ecossistêmica e cultural, enfrenta desafios urbanos que tendem a ser profundamente agravados pela crise climática, em decorrência da desigualdade socioespacial e da reprodução de modelos de urbanização historicamente desconectados das realidades locais. Hoje, mais de 70% da população amazônica vive em áreas urbanas, revelando um paradoxo: ao mesmo tempo em que a floresta ocupa centralidade no debate ambiental global, a incorporação das especificidades das cidades da região permanecem à margem das agendas de desenvolvimento, [adaptação climática](#) e formulação de políticas públicas.

Esse modelo de crescimento urbano, muitas vezes baseado em referências importadas de outros contextos e territórios, tem contribuído para o agravamento de problemas como a degradação ambiental, a supressão de áreas verdes, a intensificação das ilhas de calor, a precariedade de infraestrutura urbana e, dentre outras problemáticas, o acesso desigual a serviços básicos. Em um cenário de intensificação das mudanças climáticas, com projeções indicando que cidades como Belém podem enfrentar temperaturas extremas cada vez mais severas e impactos decorrentes da elevação do nível do mar e do aumento da incidência de alagamentos, torna-se urgente construir caminhos de adaptação climática capazes de dialogar com os modos de vida, os ecossistemas e as formas de organização social da Amazônia urbana.



Apesar dos desafios, as cidades amazônicas possuem grande potencial para produzir soluções urbanas articuladas às suas realidades territoriais, culturais e ambientais. Experiências locais, práticas comunitárias, tecnologias sociais, [pesquisas territorialmente situadas](#) e formas próprias de habitar e cuidar da cidade seguem, muitas vezes, invisibilizadas em escala nacional e internacional, enquanto soluções urbanas e propostas de políticas públicas seguem adotando caminhos conservadores e pouco alinhados às realidades e especificidades locais. Nesse sentido, torna-se fundamental fortalecer a produção de evidências locais, ampliar espaços de articulação e reconhecer os territórios amazônicos não apenas como espaços de aplicação de políticas, mas como lugares legítimos de produção de conhecimento, metodologias e caminhos para o futuro urbano.


Programa NÓS – Ideias e Práticas na Amazônia Urbana

O Programa NÓS nasce do reconhecimento de que as cidades são construções coletivas, tecidas por pessoas, territórios, saberes e práticas que já existem e transformam a Amazônia urbana. Neste sentido, o NÓS aposta na construção de conhecimento a partir das pessoas e de seus contextos, conectando ideias e práticas, a partir de processos formativos e integrativos que transmitem conteúdos, fortalecem capacidades locais, e impulsionam a experimentação no território através do reconhecimento de saberes multidisciplinares.

Compreendemos que as soluções urbanas devem emergir da escuta, da troca e da colaboração entre diferentes atores, territórios, comunidades, coletivos, pesquisadores(as) e poder público, possibilitando a produção de conhecimento de forma descentralizada. Inspirado por perspectivas como as de Ailton Krenak, que questiona a separação entre humanos e território, o programa entende a cidade amazônica como espaço vivo, onde biodiversidade, cultura e vida urbana se entrelaçam.

Estruturado a partir de dois editais, um voltado ao fomento de organizações da sociedade civil e coletivos urbanos, e outro direcionado à concessão de bolsas de pesquisa para pesquisadores(as) amazônidas, o programa foi desenhado para que seu processo e resultados contribuam para ampliar as condições de consolidação, circulação e incidência, em agendas públicas, de conhecimentos e experiências da Amazônia urbana que, muitas vezes, podem permanecer invisibilizados em escala regional e nacional. Trata-se de criar condições para que iniciativas urbanas se fortaleçam, pesquisas aplicadas possibilitem impactos concretos e essas experiências, em diálogo com as estratégias de incidência política do Laboratório da Cidade, possam se transformar em [referências para outros territórios e contextos amazônicos](#).

A proposta vai além da ideia de apoiar projetos pontuais, o nosso objetivo é que o programa funcione como uma comunidade de prática e de aprendizagem coletiva, promovendo escutas, trocas e colaborações entre sociedade civil, poder público e diferentes agendas urbanas e climáticas que atravessam as cidades da Amazônia. Ao articular fomento, pesquisa aplicada, formação, encontros e intercâmbios, o Programa NÓS busca contribuir para a construção



de cidades mais justas, resilientes e conectadas com seus territórios, ao mesmo tempo em que fortalece o ecossistema amazônico de adaptação climática urbana.

O Laboratório da Cidade

O Laboratório da Cidade, fundado em 2017 e sediado em Belém do Pará, é uma organização sem fins lucrativos que atua pela construção de cidades mais justas, resilientes e adaptadas às mudanças climáticas na Amazônia. Como um Think & Do Tank de inovação urbana, promove experimentação, produção e difusão de conhecimento e incidência em políticas públicas, sempre valorizando saberes locais e a participação comunitária.


Diante dos desafios estruturais das cidades amazônicas, marcadas por desigualdades históricas, modelos urbanos inadequados e baixa valorização das especificidades regionais, o Laboratório desenvolve soluções conectadas às realidades locais. Seu trabalho articula urbanismo, políticas públicas, cultura e participação social para fortalecer a justiça climática, reduzir desigualdades e impulsionar redes de colaboração.

2. Sobre o Edital I - LabPesquisa: Adaptação Climática na Amazônia Urbana (2ª edição)

Esta é a segunda edição do LabPesquisa, iniciativa que teve sua primeira edição realizada em 2025, reafirmando a continuidade do compromisso do Laboratório da Cidade com o fortalecimento da produção de conhecimento sobre adaptação climática na Amazônia urbana. Como resultado da edição anterior, foram produzidos um Caderno de Resultados, reunindo os principais achados das pesquisas, e um livro com os estudos completos, ampliando a circulação de conhecimentos produzidos a partir das experiências, dinâmicas e desafios concretos das cidades amazônicas, e fortalecendo sua capacidade de contribuir para o debate público e para a construção de políticas urbanas e climáticas mais conectadas aos territórios.

Nesta edição, o programa dará continuidade a esse caminho, apoiando novos estudos e pesquisadores(as), na perspectiva de fortalecer a produção coletiva de conhecimentos, experiências e soluções urbanas comprometidas com as realidades da Amazônia.

O edital visa selecionar e integrar cinco pesquisadores(as) da Amazônia legal à equipe do Laboratório da Cidade, para o desenvolvimento de estudos voltados à promoção da justiça socioambiental, à valorização da sociobiodiversidade e à integração entre cidade, bioma e sociedade, em dois temas centrais: "Biodiversidade como Infraestrutura urbana" e "Saúde Urbana e Mudanças Climáticas", contribuindo direta ou indiretamente para a adaptação climática urbana.



O edital se baseia na continuidade da [Agenda de Adaptação Climática para a Amazônia Urbana](#) e do [Edital Labpesquisa 2025](#), e compreende a adaptação climática em um sentido amplo. Parte do entendimento de que uma [boa adaptação](#) está diretamente relacionada à redução das desigualdades, à ampliação do acesso à infraestrutura urbana, à valorização da cultura e à circulação de conhecimentos, avanços fundamentais para a construção de uma adaptação climática justa, orientada à transformação socioambiental e melhoria das condições de vida da população no longo prazo.

Nesse contexto, esta iniciativa se apresenta como uma estratégia de produção, articulação e visibilidade de conhecimentos aplicados, voltada a jovens pesquisadores(as) de até 35 anos, com titulação de mestrado, originários(as) de cidades da Amazônia Legal, independentemente de seu local de residência atual.

Durante nove meses, os(as) pesquisadores(as) desenvolverão estudos orientados por normas, métodos e convenções da produção acadêmica, assegurando clareza, rigor, organização e credibilidade aos trabalhos realizados. Os resultados das pesquisas deverão ser apresentados em formato de artigo(s) científico(s), e ao final do processo, os materiais produzidos deverão compor um compilado de estratégias voltadas à incidência política do Laboratório da Cidade, a ser disponibilizado para a sociedade.

Nesse sentido, incentivamos a submissão de propostas de pesquisa que contribuam para a construção de cidades e comunidades mais adaptadas, justas e resilientes às mudanças climáticas. Serão priorizadas pesquisas que proponham soluções urbanas alinhadas aos eixos temáticos “Biodiversidade como Infraestrutura urbana” e “Saúde Urbana e Mudanças Climáticas”, bem como aos seus subtemas correlatos, definidos no item 11.

As pesquisas deverão dialogar com instrumentos e agendas de políticas públicas nacionais e subnacionais voltadas à adaptação climática, sustentabilidade e desenvolvimento urbano, interagindo principalmente com o Plano Clima 2024-2035, em especial o Plano Clima Adaptação, quadro de ações e programas federais de cidades resilientes e infraestrutura verde, em especial o Programa Cidades Verdes e Resilientes e o Programa Periferias Vivas, bem como planos diretores municipais, planos locais de ação climática e políticas estaduais relacionadas à resiliência urbana e à justiça climática.

Serão incentivadas propostas que já integrem pesquisas em andamento, estejam articuladas a outras redes institucionais e grupos de pesquisa e, especialmente, possuam vínculo com projetos de extensão universitária.

Ao longo do processo, os pesquisadores(as) selecionados(as) participarão de formações voltadas ao fortalecimento de capacidades em pesquisa, desenvolvimento técnico, comunicação e articulação institucional, buscando também aproximar diferentes áreas do conhecimento dos debates sobre cidades e adaptação climática na Amazônia. Além disso, poderão participar de momentos de debate, troca e colaboração com os participantes do Edital II – Organizações e Coletivos Urbanos e outros parceiros.



3. Objetivos do edital

Busca-se fortalecer a produção e a circulação de conhecimentos qualificados sobre adaptação climática nas cidades da Amazônia Legal, com especial atenção aos temas “Biodiversidade como Infraestrutura Urbana” e “Saúde Urbana e Mudanças Climáticas”, ampliando sua incidência em debates públicos, processos formativos, publicações, estratégias de comunicação e agendas institucionais.

4. Objetivos específicos

Este edital tem como objeto apoiar estudos que proponham soluções urbanas alinhadas aos eixos temáticos “Biodiversidade como Infraestrutura Urbana” e “Saúde Urbana e Mudanças Climáticas”, compreendendo soluções urbanas em sentido amplo, incluindo abordagens sociais, culturais, ambientais, tecnológicas, comunicacionais, territoriais, institucionais e infraestruturais, sendo priorizados os temas detalhados no item 11 deste Edital.

A seleção dos projetos seguirá as regras deste edital e visa apoiar jovens pesquisadores atuantes na Amazônia Legal, com os seguintes objetivos:

- I. Produzir evidências e subsídios para incidência e formulação de políticas públicas, contribuindo para o alinhamento entre ações locais e agendas nacionais, bem como para a transformação de experiências e dados existentes em referências metodológicas, institucionais e estratégicas replicáveis;
- II. Apoiar a sistematização e documentação de práticas locais, incluindo conhecimentos comunitários e tradicionais;
- III. Fomentar a produção de conhecimento aplicado sobre adaptação climática na Amazônia urbana;
- IV. Integrar pesquisadores(as) da Amazônia Legal em uma rede colaborativa de pesquisa;
- V. Ampliar a visibilidade, circulação e uso público dos conhecimentos produzidos;
- VI. Fortalecer a Amazônia urbana como produtora de soluções de adaptação climática, com base na justiça socioambiental.



5. Público-Alvo

Pesquisadores(as) até 35 anos, com título de mestrado, para o desenvolvimento de estudos ao longo de todo o período do projeto, com participantes oriundos de estados da Amazônia Legal.

6. Bolsa-Auxílio

Cada pesquisador(a) selecionado(a) receberá uma doação mensal, a título de bolsa-auxílio, no valor de R\$ 3.300,00, totalizando R\$ 29.700 ao final do período de nove meses.

7. Quem pode se inscrever

Os candidatos interessados deverão atender aos seguintes requisitos:


- I. Ser originário(a) de cidades amazônicas ou residir na região amazônica brasileira (Estados da Amazônia Legal) há pelo menos 15 anos, devendo manter residência no Brasil durante todo o período de execução da pesquisa;
- II. Possuir título de mestrado em qualquer área do conhecimento, reconhecido por instituição brasileira ou estrangeira;
- III. Apresentar documentação comprobatória da titulação (diploma de mestrado) ou comprovação de conclusão de todos os créditos e de que se encontra em fase de finalização do mestrado;
- IV. Cada pesquisador(a) poderá submeter apenas 1 (um) projeto.

8. Inscrições

A inscrição é gratuita, devendo ser realizada no período de 22/05/2026 até às 23:59 horas do dia 21/06/2026, horário de Brasília.

A inscrição será efetivada a partir do recebimento da seguinte documentação preenchida:

- I. Formulário de inscrição disponível em: <https://laboratoriodacidade.org/programa-nos/>;
- II. Anexar ao formulário o comprovante de título de mestrado, ou documento equivalente, além do currículo lattes;
- III. Anexar ao formulário a proposta de pesquisa;



O candidato deve preencher cuidadosamente o formulário de inscrição, garantindo que todos os dados fornecidos estejam corretos. O endereço de e-mail informado no formulário será o principal canal de comunicação ao longo de todo o processo de seleção;

Para a submissão da proposta de pesquisa, os candidatos às vagas de Pesquisadores devem seguir as seguintes diretrizes:

- I. Os candidatos devem selecionar uma temática e uma subtemática de pesquisa dentre as opções estabelecidas no item 11 deste edital;
- II. O envio da proposta de pesquisa é obrigatório. A proposta deve ser breve e objetiva, contendo: descrição clara da pesquisa; objetivos geral e específicos; metodologia preliminar; e justificativa que destaque a relevância da pesquisa para o desenvolvimento de soluções urbanas alinhadas aos eixos temáticos Biodiversidade como Infraestrutura e Saúde Urbana e Mudanças Climáticas, bem como aos seus subtemas correlatos, definidos no item 11 deste Edital.
- III. A proposta deve ser elaborada no template previamente disponibilizado e enviada em formato PDF junto ao formulário de inscrição;

9. Diálogo com políticas públicas e agendas institucionais

As pesquisas deverão dialogar com instrumentos e agendas de políticas públicas nacionais e subnacionais relacionadas à adaptação climática, desenvolvimento urbano e sustentabilidade, seja por meio da análise de desafios territoriais, da produção de diagnósticos, metodologias e recomendações, ou pela contribuição para debates e estratégias voltadas aos contextos urbanos amazônicos. Esse diálogo poderá aparecer nas contribuições que o estudo pretende oferecer para políticas, programas ou ações relacionadas às cidades da Amazônia.

No âmbito nacional, destacam-se: a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009); o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA); o Programa AdaptaCidades, vinculado ao Programa Cidades Verdes Resilientes, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); o Sistema AdaptaBrasil MCTI – Sistema de Informações e Análises sobre Impactos das Mudanças Climáticas; o Plano Nacional de Arborização Urbana (PlaNAU); além de programas federais de desenvolvimento urbano, habitação, ambiental e iniciativas voltadas à infraestrutura verde.

No âmbito subnacional, as propostas poderão dialogar com instrumentos estaduais e municipais, tais como: planos diretores municipais; planos locais de ação climática; políticas estaduais de mudanças climáticas; planos de adaptação climática; e demais estratégias territoriais relacionadas à resiliência urbana e à justiça climática.

10. Temas, subtemas e transversalidades

O tema é o eixo central da pesquisa e orienta a investigação ao delimitar o campo de atuação e a área a ser explorada. O subtema, por sua vez, refere-se a desdobramentos temáticos dos eixos temáticos principais, permitindo aprofundar dimensões específicas relacionadas às interações entre biodiversidade, infraestrutura urbana, saúde pública e mudanças climáticas. Abaixo, são apresentados os temas e seus respectivos subtemas:

1. Saúde urbana e mudanças climáticas

Saúde urbana e mudanças climáticas são temas interligados que vêm ganhando destaque diante dos impactos das transformações ambientais sobre as populações urbanas, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade.


Neste edital, entende-se por saúde urbana o bem-estar físico, mental e social das pessoas que vivem nas cidades, influenciado por fatores como qualidade do ar, acesso a serviços de saúde, saneamento, habitação e segurança alimentar. As mudanças climáticas afetam diretamente esses determinantes, agravando problemas já existentes e gerando novos desafios para a promoção da saúde nas cidades.

Nesse contexto, destaca-se a importância da produção e integração de dados ambientais, climáticos, socioeconômicos, epidemiológicos e de saúde pública, fundamentais para identificar padrões climáticos e seus efeitos sobre a saúde, além de monitorar tendências de longo prazo e alertar para situações de emergência decorrentes de eventos climáticos.

Este eixo temático busca fomentar o desenvolvimento de pesquisas que subsidiem estudos e fortaleçam redes de pesquisadores(as) sobre a interação entre clima e saúde, contribuindo para orientar políticas públicas. Esses esforços também visam apoiar a tomada de decisão por gestores públicos e ampliar o acesso da sociedade civil a informações qualificadas, promovendo a difusão de conhecimento sobre os impactos das mudanças climáticas na saúde urbana.

Subtemas:

- A. **Calor extremo e ilhas de calor:** estudos sobre os impactos do aumento das temperaturas nas cidades, especialmente em áreas periféricas ou com baixa cobertura vegetal, considerando efeitos sobre saúde, bem-estar coletivo, infraestrutura urbana e desigualdades socioespaciais.
- B. **Qualidade do ar:** pesquisas voltadas às relações entre poluição atmosférica, clima urbano, políticas públicas e saúde da população, incluindo impactos de queimadas, mobilidade, atividades urbanas e ausência de infraestrutura ambiental adequada.


- 
- C. **Impactos das mudanças climáticas na saúde pública:** investigações sobre como eventos climáticos extremos, alterações ambientais e desigualdades urbanas afetam a saúde física e mental das populações, com atenção especial aos grupos mais vulnerabilizados.
 - D. **Relação entre habitação, clima e saúde:** estudos sobre como as condições habitacionais e a localização das moradias influenciam a exposição das populações a riscos climáticos e sanitários, especialmente em áreas urbanas vulnerabilizadas. As pesquisas podem considerar aspectos como ventilação, materiais construtivos, saneamento, adensamento, umidade, infraestrutura urbana e segurança territorial, analisando seus impactos sobre a saúde física e mental. Também podem abordar como moradias precárias ou situadas em áreas sujeitas a enchentes, alagamentos e deslizamentos ampliam vulnerabilidades socioambientais, reforçando a importância de soluções habitacionais mais resilientes e integradas à adaptação climática.
 - E. **Impactos hidrológicos e alagamentos urbanos:** pesquisas sobre os efeitos de enchentes, inundações e alagamentos na saúde urbana, na mobilidade, na moradia, na infraestrutura e no acesso a serviços essenciais, especialmente em territórios social e ambientalmente vulnerabilizados. Os estudos podem investigar como eventos hidrológicos extremos afetam de forma desigual diferentes áreas e populações das cidades amazônicas, ampliando vulnerabilidades socioambientais e impactos sobre a saúde pública, a segurança econômica e as dinâmicas territoriais urbanas.

2. Biodiversidade como infraestrutura urbana

A biodiversidade urbana tem ganhado destaque pelo seu potencial de fortalecer a resiliência das cidades frente aos desafios climáticos e ambientais. Neste edital, a biodiversidade como infraestrutura urbana refere-se a diferentes abordagens que integram, de forma estruturante, elementos da biodiversidade aos territórios expostos a riscos climáticos, contribuindo para a adaptação às mudanças climáticas. Essas abordagens incluem, entre outras, Soluções Baseadas na Natureza, Infraestrutura Verde, Adaptação Baseada em Ecossistemas, Cidade Esponja e Desenho Urbano Sensível à Água.

Espera-se apoiar estudos e iniciativas que mobilizem a biodiversidade para o enfrentamento de problemas urbanos, como o aumento das temperaturas, a gestão das águas e a melhoria da qualidade de vida nas cidades amazônicas. Mais do que soluções pontuais, busca-se fomentar abordagens que integrem a biodiversidade às infraestruturas urbanas, reconhecendo seu papel estratégico na organização dos territórios.

Nesse sentido, a infraestrutura verde apresenta-se como uma abordagem capaz de orientar o planejamento e a implementação de espaços verdes e azuis multifuncionais, que respondam de forma integrada a diferentes desafios da




sustentabilidade urbana. Propõe-se, portanto, que a biodiversidade seja tratada como um eixo transversal, capaz de gerar sinergias com objetivos como adaptação climática, promoção da saúde e do bem-estar, coesão social e conservação ambiental.

Ao complementar, e, em alguns casos, substituir, a infraestrutura cinza, a infraestrutura baseada na biodiversidade contribui para a qualificação dos serviços urbanos, a valorização dos territórios e a melhoria da qualidade de vida. Assim, este edital parte do entendimento de que a biodiversidade deve ser priorizada como base para a vida nas cidades amazônicas.

Subtemas:

- A. **Infraestruturas verdes e Soluções Baseadas na Natureza (SbN):** investigações sobre estratégias urbanas que integram biodiversidade, produção de serviços ecossistêmicos e integração com a cidade, como respostas aos desafios climáticos, sociais e ambientais. Incluem ações de restauração ecológica, manejo de águas pluviais, conservação ambiental e qualificação dos espaços urbanos, por meio de iniciativas como biovaletas, jardins de chuva, telhados e paredes verdes, pavimentos permeáveis, parques de retenção e corredores ecológicos, promovendo regulação climática, redução de riscos, lazer, saúde e bem-estar coletivo.
- B. **Arborização urbana:** estudos voltados ao papel da arborização na melhoria da qualidade socioambiental urbana, considerando conforto térmico, redução de ilhas de calor, biodiversidade, saúde pública, mobilidade e justiça socioambiental no acesso às áreas verdes.
- C. **Gestão comunitária da biodiversidade:** estudos relacionados à participação comunitária na proteção e manejo de áreas verdes, recursos naturais e territórios urbanos, valorizando conhecimentos locais, formas coletivas de cuidado e governança territorial. Essas práticas comunitárias podem fornecer soluções para o aumento da biodiversidade e da resiliência urbana, garantindo a inclusão social e a adaptação climática. A ênfase está na valorização do conhecimento local para a promoção de uma infraestrutura sustentável que atenda às realidades socioeconômicas e ambientais da Amazônia;
- D. **Integração entre biodiversidade e adaptação climática:** estudos que articulem conservação da biodiversidade com estratégias de adaptação às mudanças climáticas, compreendendo os ecossistemas urbanos como elementos fundamentais para redução de vulnerabilidades e fortalecimento da resiliência territorial.
- E. **Resiliência comunitária e estratégias de recuperação pós-desastre:** pesquisas sobre capacidades comunitárias de resposta, reorganização e recuperação frente a eventos climáticos extremos e desastres socioambientais, considerando redes de solidariedade, organização popular e soluções territorializadas. Além disso, os estudos devem propor formas de integrar esse conhecimento às políticas públicas, garantindo que as soluções pós-desastre sejam sustentáveis e inclusivas, fortalecendo as comunidades no processo de reconstrução.

- 
- F. **Gestão de riscos e desastres, com foco em impactos hidrológicos e alagamentos urbanos:** investigações sobre vulnerabilidades urbanas associadas a eventos hidrológicos extremos, abrangendo estratégias de prevenção, monitoramento, planejamento urbano, adaptação climática e redução de riscos, especialmente em territórios periféricos. As pesquisas podem analisar os impactos desses eventos sobre a infraestrutura urbana, a saúde pública, a moradia, a mobilidade e a segurança econômica das populações, com enfoque na distribuição desigual dos riscos e vulnerabilidades socioambientais nas cidades.

O Edital incentiva a submissão de propostas que articulem diferentes temáticas, tais como: o combate ao calor extremo por meio de Soluções Baseadas na Natureza e o uso da biodiversidade urbana como estratégia para a mitigação de impactos hidrológicos.

As transversalidades neste edital referem-se a assuntos ou questões que podem atravessar os diferentes temas propostos acima, sendo consideradas relevantes para qualquer um deles. As propostas submetidas poderão abordar um ou mais tópicos transversais listados a seguir, de acordo com os objetivos e enfoques específicos de cada projeto. Recomenda-se que o(a) proponente selecione aquele(s) mais alinhado(s) à proposta, buscando construir projetos que dialoguem com as transversalidades apresentadas a seguir:

- I. Fortalecimento da capacidade adaptativa e da resiliência climática;
- II. Redução de vulnerabilidades socioambientais;
- III. Integração entre conhecimentos científicos e saberes tradicionais;
- IV. Perspectiva de gênero, raça e território;
- V. Urbanismo feminista e abordagem do cuidado;
- VI. Geração cidadã de dados;
- VII. Tecnologias sociais e inovação comunitária;
- VIII. Sistematização de práticas culturais como estratégias de adaptação.

11. Critérios para avaliação das propostas

De modo geral, as propostas submetidas aos editais vinculados ao Programa serão avaliadas a partir de critérios relacionados ao alinhamento com as diretrizes e objetivos da chamada, à consistência técnica e acadêmica das propostas, ao seu grau de inovação, à aplicabilidade prática das ações propostas e ao potencial de contribuição para os desafios socioambientais e climáticos abordados pelo Programa.

Os critérios de avaliação poderão ter caráter eliminatório ou classificatório, e o Comitê de Avaliação adotará os seguintes critérios e respectivas pontuações, totalizando até 100 pontos:

Critério de avaliação	Pontuação
A - Adequação da proposta ao contexto do edital, especialmente no âmbito territorial e socioambiental	0 a 20
B - Viabilidade técnico-científica e metodológica	0 a 20
C - Potencial de geração de impacto	0 a 20
D - Análise de currículo e Experiência acadêmica e profissional	0 a 20
E - Replicabilidade metodológica	0 a 10
F- Potencial de contribuição para políticas públicas nacionais e/ou subnacionais	0 a 10

Os projetos serão pontuados com base nos critérios de avaliação definidos na seção 11, com a seguinte escala de avaliação para cada critério:

- I. Para os critérios A e D: - 0 pontos: não satisfaz o critério; - 1 a 5 pontos: satisfaz de maneira insuficiente o critério; - 5.1 a 10 pontos: satisfaz parcialmente o critério; 10.1 a 15 pontos: satisfaz de maneira conveniente o critério; - 15.1 a 20 pontos: satisfaz plenamente o critério;
- II. Para os critérios E e F: - 0 pontos: não satisfaz o critério. - 1 a 2.5 pontos: Satisfaz de forma insuficiente o critério. - 2.6 a 5 pontos: Satisfaz parcialmente o critério. - 5.1 a 7.5 pontos: Satisfaz de maneira conveniente o critério. - 7.6 a 10 pontos: satisfaz plenamente o critério.
- III. Critério de Desempate: na eventualidade de um empate na nota final, serão escolhidos os projetos que obtiverem a pontuação mais elevada, com base nos critérios A e B, seguindo a respectiva ordem de análise.
- IV. O Laboratório da Cidade poderá solicitar ajustes, adequação ou aprimoramento das propostas após o processo de seleção.

12. Comissão de Avaliação

A seleção dos projetos caberá unicamente ao Comitê de Avaliação formado por representantes do Laboratório da Cidade e seus parceiros.



13. Processo de seleção

Os projetos serão analisados seguindo o seguinte roteiro:

- I. Análise Inicial – Eliminatório;
- II. Análise pelo Comitê de Avaliação – Classificatório;

14. Divulgação do resultado final

O resultado final do concurso será anunciado de acordo com o cronograma estipulado neste Edital, através de publicação no site oficial do Laboratório da Cidade (www.labdacidade.org) e em suas plataformas de mídia social ([@labdacidade](https://www.instagram.com/labdacidade) no Instagram);

Na eventualidade de uma extensão do prazo para a divulgação, a data revisada será anunciada nas redes oficiais do Laboratório da Cidade.

15. Assinatura do Contrato

Os candidatos aprovados no processo seletivo serão convocados por meio do e-mail registrado no ato da inscrição.


Os candidatos selecionados deverão apresentar os seguintes documentos para a formalização da contratação:

- I. Cópia do RG com CPF;
- II. Comprovante de residência atualizado (máximo de 3 meses);
- III. Termo de compromisso assinado, fornecido pelo Laboratório da Cidade.
- IV. Dados bancários do bolsista.

As bolsas serão pagas em parcelas mensais, de acordo com o cronograma estabelecido, mediante comprovação de participação e entrega das atividades previstas no plano de trabalho que será desenvolvido no início das atividades, como relatórios e outras formas de acompanhamento.

A formalização do apoio será formalizada por meio de um contrato de doação que definirá as obrigações, direitos, valores, e demais condições de participação no projeto. O prazo de execução será de 9 meses, conforme cronograma previamente definido.

O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Laboratório da Cidade, em caso de descumprimento das obrigações estabelecidas, ausência injustificada nas atividades ou outras infrações descritas no contrato.



Os resultados das pesquisas e demais produções realizadas durante o projeto serão de propriedade conjunta do pesquisador e do Laboratório da Cidade, sendo necessário o respeito às normas de confidencialidade e uso dos dados estabelecidas no contrato.

Os contratados terão à disposição uma equipe de orientação e acompanhamento ao longo da execução do projeto, para assegurar a qualidade e alinhamento das entregas com os objetivos do Laboratório da Cidade.

16. Capacitação, monitoramento do projeto e atuação em rede


Ficam estabelecidos os seguintes critérios para capacitação, monitoramento e avaliação do projeto:

- I. Capacitação: Os pesquisadores(as) selecionados(as) deverão participar dos ciclos de oficinas previstos para acontecer entre julho e dezembro de 2026. Além da participação, cada pesquisador deverá garantir aproveitamento mínimo de 80% nas atividades formativas previstas no âmbito do Programa.
- II. Monitoramento e atuação em rede: Após a seleção das propostas encaminhadas ao Laboratório da Cidade, os projetos selecionados deverão atuar em rede, integrando o conjunto de 5 pesquisadores. Para fortalecer os processos de troca, acompanhamento e articulação coletiva, deverão participar de encontros e atividades periódicas organizadas pelo Laboratório da Cidade.

17. Cronograma

Inscrições	22/05/2026 a de 21/06/2026
Seleção dos projetos	22/06/2026 a 30/06/2026
Divulgação dos resultados	01/07/2026
Formalização do apoio	02/07/2026 a 10/07/2026
Início das atividades	13/07/2026

18. Disposições finais



Além da bolsa auxílio oferecida, os candidatos selecionados terão acesso à sede do Laboratório da Cidade, onde poderão utilizar o espaço de trabalho, computadores e outros recursos disponíveis para o desenvolvimento de suas pesquisas. Essa estrutura tem como objetivo apoiar os pesquisadores no cumprimento de suas atividades, proporcionando um ambiente colaborativo.

O Laboratório da Cidade poderá oferecer apoios financeiros adicionais, conforme as necessidades e conveniências identificadas no decorrer do projeto. Caso seja considerado viável, o Laboratório da Cidade poderá cobrir outros custos, como despesas com deslocamento, desde que previamente acordados e aprovados pela coordenação do projeto

Por meio da participação no Edital, fica estritamente proibido qualquer comportamento discriminatório, misógino ou racista em relação aos participantes deste processo, em qualquer meio de comunicação. Da mesma maneira, todos os comportamentos que possam prejudicar a imagem dos participantes ou do Laboratório da Cidade serão evitados.

A divulgação de qualquer material relacionado ao estudo realizado pelos pesquisadores contratados é estritamente proibida antes da data de publicação final ou durante os momentos de apresentação de estudos preliminares ou partes do processo, conforme solicitado pela organização ao longo da pesquisa.

Retificações e erratas referentes a este edital ou outros conteúdos relacionados serão prontamente publicados no site do Laboratório da Cidade.

Anexo 1

Marcos Conceituais

O Programa será orientado pelas seguintes diretrizes:

1. Adaptação Climática na Amazônia Urbana

De modo geral, a adaptação climática pode ser compreendida como o conjunto de ajustes nos sistemas ambientais, sociais e econômicos em resposta a estímulos climáticos reais ou esperados, bem como aos seus efeitos e impactos (Doria et al., 2009). Nessa perspectiva, é fundamental reconhecer que os efeitos das mudanças climáticas não se distribuem de forma homogênea, afetando de maneira mais intensa populações historicamente vulnerabilizadas, o que reforça a importância de que os processos de adaptação sejam baseados no princípio de justiça socioambiental.

No contexto urbano amazônico, marcado por profundas desigualdades socioespaciais e por uma forte interdependência entre dinâmicas sociais e ambientais, o Laboratório da Cidade entende a adaptação climática como um processo coletivo de reorganização da vida urbana. Esse processo deve se basear na valorização e na integração de pessoas, cidade e ecossistemas, bem como no reconhecimento da crise climática como um desafio que ultrapassa a dimensão ambiental, assumindo também um sentido social, histórico e político.

2. Adaptação territorialmente situada

As iniciativas apoiadas deverão partir das realidades socioterritoriais dos territórios amazônicos, reconhecendo que as soluções devem se adaptar ao território, e não o contrário.

3. Boa adaptação climática

Uma adaptação climática bem-sucedida pode ser entendida como aquela capaz de reduzir riscos e vulnerabilidades associados às mudanças climáticas a níveis aceitáveis, sem comprometer a sustentabilidade econômica, social e ambiental (Doria et al., 2009). Esse conceito também implica o reconhecimento da possibilidade de "maladaptação", ou seja, intervenções que, ainda que eficazes em determinado contexto, podem ampliar vulnerabilidades, gerar novos riscos ou aprofundar desigualdades sociais e territoriais (Barnett, 2010; Magnan, 2016). Nesse sentido, evitar a má adaptação exige abordagens integradas, que

considerem a complexidade dos territórios e articulem dimensões sociais, ambientais e institucionais.

A partir desse entendimento, o Laboratório da Cidade orienta que as propostas apoiadas incorporem princípios de boa adaptação, quando couber, evitando medidas que agravem desigualdades, aumentem vulnerabilidades ou gerem impactos socioambientais negativos. Espera-se que as iniciativas contribuam para respostas que, ainda que possam ser incrementais, apontem para transformações mais estruturantes, fortalecendo a capacidade dos territórios de enfrentar os riscos climáticos no longo prazo.

4. Replicabilidade metodológica

No âmbito deste edital, a replicabilidade não se refere à simples reprodução de modelos padronizados ou à transferência mecânica de tecnologias, mas a um processo de circulação de princípios, estratégias e aprendizados que podem ser reinterpretados e adaptados a diferentes contextos.

Trata-se da capacidade de construir soluções situadas a partir dos elementos ecológicos, sociais e culturais de cada território, por meio de alianças entre sociedade civil, comunidades e poder público. Nesse sentido, replicar significa inspirar, adaptar e recombina experiências, especialmente no diálogo entre contextos do Sul Global, fortalecendo redes entre cidades amazônicas e outros territórios tropicais e promovendo referências abertas e transformáveis, em contraposição a modelos rígidos e descontextualizados.

Neste sentido, incentiva-se a apresentação de propostas que contemplem, entre outras possibilidades, projetos-piloto, campanhas de incidência e mobilização social, ações formativas e eventos culturais, para além de formatos centrados exclusivamente em entregas documentais ou registros audiovisuais.

Programa

nós

Ideias e Práticas na
Amazônia Urbana

Realização



Apoio

